

DISCLOSURE SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA NBC T 15 EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

SOCIAL DISCLOSURE: AN ANALYSIS UNDER NBC T 15 OPTICS IN OPEN CAPITAL COMPANIES

Marcos Lima Bandeira,
Natália Lima de Oliveira,
André Nunes

RESUMO

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental –, do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece os procedimentos, quanto a evidenciação, a serem seguidos por empresas de capital aberto. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o grau de adequação e conformidade da evidenciação social dos relatórios e notas explicativas aos ditames da Norma. Por meio de uma pesquisa documental, foram analisados os relatórios financeiros do exercício de 2015 de 23 Sociedades Anônimas de Capital Aberto, consideradas as “mais sustentáveis”, conforme publicação do Guia Exame de Sustentabilidade 2015. O método envolve um *checklist* baseado nos aspectos da NBC T 15, constituindo-se em um guia para verificar a adequação da evidenciação social das empresas. Os resultados demonstraram que, em relação à qualidade das informações divulgadas, dez empresas tiveram uma classificação boa de evidenciação social, oito companhias apresentaram classificação ótima e cinco delas foram classificadas como regular ou insuficiente. Assim, a evidenciação social das 23 empresas de capital aberto analisadas está em um nível predominante bom ou ótimo. As conclusões apontam que o ramo de atuação das empresas tem influência no nível dessa evidenciação, considerando a predominância de entidades de setores regulados no grupo com melhores resultados.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Evidenciação; Relatório de administração; Notas explicativas; NBC T 15.

ABSTRACT

The Brazilian Accounting Standard NBC T 15 - Information of a Social and Environmental Nature -, of the Federal Accounting Council, establishes the procedures, as for the disclosure, to be followed by publicly traded companies. Therefore, this study aims to analyze the degree of adequacy and compliance of the social disclosure of the reports and explanatory notes to the Norm dictates. By means of a documentary research, were analyzed financial reports for the year 2015 of 23 Publicly Traded Corporations, considered the "most sustainable", according to the publication of the Guide Sustainability Exam 2015. The method involves a checklist based on the aspects of NBC T 15, constituting in a guide to verify the adequacy of the social disclosure of the companies. The results showed that, in relation to the quality of the disclosed information, ten firms had a good classification of social disclosure, eight companies presented an optimal classification and five of them were classified as regular or insufficient. Thus, the social disclosure of the 23 publicly traded companies analyzed is in a predominant good or optimal level. The conclusions point out that the branch of activity of the enterprises has influence in the

level of this disclosure, considering the predominance of entities from regulated sectors in the group with better results.

Keywords: Sustainability. Disclosure. Management report. Explanatory notes. NBC T 15.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o nível de adequação e conformidade das informações de natureza social e ambiental, dos relatórios e notas explicativas das empresas de capital aberto ao estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15. Além da evidenciação econômico-financeira prevista na legislação, algumas empresas tendem a demonstrar também suas ações no campo social, tornando público o comportamento empresarial consciente e responsável. Inúmeros estudos revelam que as empresas vêm incrementando voluntariamente evidenciações de conteúdo social e ambiental (COLARES, PONTES, 2003; BURGSTÄHLER, HAIL, LEUZ, 2006; MURCIA, 2009; LORENZO *et al.*, 2009; ALBERS, GÜNTHER, 2010; GAMERSCHLAG, MÖLLER, VERBEETEN, 2011).

Na esfera empresarial, o aumento da competitividade, impulsionou a adoção de ações que deixem em evidência o compromisso com a responsabilidade social. As organizações precisam ir além da maximização do lucro e do aumento de sua participação no mercado. É necessário adotar posturas que valorizem aspectos no campo social interno, como educação e treinamento de funcionários, e externo, como preservação e manutenção do meio ambiente.

Neste contexto, é cada vez mais frequente as companhias se posicionarem no mercado como “empresa sustentável”, que busca seus negócios de forma responsável, incrementando a cada ano, informações voluntárias efetivas que minimizem os impactos negativos de suas atividades operacionais. É recorrente o anseio por certificações emitidas por entidades que mensuram o grau de compromisso com a responsabilidade sustentável das empresas, nas dimensões econômica, social e ambiental. No Brasil, os indicadores mais demandados são: o do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas; os indicadores para Negócios Sustentáveis e Responsáveis do Instituto Ethos; e, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo.

A sociedade organizada, por outro lado, tem exercido pressão sobre as empresas na intenção de as informações sejam divulgadas em seus relatórios sociais, além das questões de caráter econômico-financeiros. A evidenciação social tem se tornado fator preponderante na postura pública das entidades quanto ao seu papel frente às questões de sustentabilidade social com quem se relacionam. Diversas pesquisas têm apontado que a divulgação de informações contribui para a legitimação das empresas perante a sociedade (SIMÕES, RODRIGUES, 2012; DANTAS, ZENDERSKY, NIYAMA, 2008; HEALY, PALEPU, 2001).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não ficou alheio a essa nova demanda da sociedade e editou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, por meio da Resolução CFC nº. 1.003/04. A norma estabelece os procedimentos a serem seguidos para a evidenciação dessas informações, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Assim, empresas que

disponibilizam informações relevantes e transparentes na esfera social tornam-se diferenciadas das demais dentro do seu mercado de atuação.

O objetivo central deste estudo é analisar o grau de adequação e conformidade da evidenciação social dos relatórios e notas explicativas das empresas de capital aberto quanto aos ditames da NBC T 15. Em outras palavras, pretende-se analisar o nível da evidenciação social disposta nos relatórios de administração, sustentabilidade e/ou notas explicativas às demonstrações financeiras, consoante os critérios estabelecidos pela NBC T 15. Analisou-se os relatórios financeiros, do exercício de 2015, das 23 Sociedades Anônimas de capital aberto consideradas as mais sustentáveis, conforme publicação no Guia Exame de Sustentabilidade 2015. As temáticas selecionadas para o estudo foram direitos humanos, ética e transparência, gestão da água, gestão da biodiversidade, gestão de fornecedores, gestão de resíduos, governança da sustentabilidade, mudanças climáticas, relação com a comunidade e relação com clientes. A relevância do trabalho, justifica-se também, pelo crescente interesse de estudiosos e empresários em temas sobre sustentabilidade das entidades, com o intuito de elevar o comprometimento com questões de desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de atingir o objetivo previsto neste artigo, ele foi dividido em cinco partes, sendo a primeira, esta breve introdução. Na segunda seção apresenta-se uma breve revisão teórica que orienta o entendimento do estado da arte sobre o tema. A terceira parte discorre sobre os procedimentos metodológicos empregados; a quarta seção traz a análise e os resultados encontrados; e, por fim, a última seção apresentada as considerações finais da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria institucional trouxe contribuições importantes para a discussão acerca das organizações. É importante destacar que a teoria reforça a necessidade da observância das inter-relações e impactos sociais a que estão sujeitas as atividades das empresas. Desta forma, além da necessária preocupação com sua eficiência produtiva e financeira outros aspectos devem ser considerados.

Essa teoria desenvolveu-se em três orientações distintas: uma econômica (*Old Institutional Economics*), outra política (*New Institutional Economics*) e uma terceira sociológica (*New Institutional Sociology*)

A ótica *Old Institutional Economics* (OIE) destaca duas importantes premissas, a maximização racional dos agentes econômicos e o equilíbrio geral proporcionado pelas forças do mercado, sendo o principal objeto de análise e não mais o comportamento racional e maximizador dos indivíduos tomadores de decisões (GUERREIRO *et al.*, 2005). Assim, a ênfase está no conflito de interesses, competitividade e influência social.

A vertente *New Institutional Economics* (NIE), conforme Cunha, Santos e Beuren (2010, p. 5), “tem como foco um conjunto de regras sociais, legais e políticas que estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição”. A NIE tenta explicar como as pressões externas de natureza econômica influenciam a forma como as organizações são estruturadas e geridas (SCAPENS, 2006). O ambiente institucional é caracterizado como um elemento central para o entendimento da evolução de uma indústria e da estratégia das empresas nele inseridas, exercendo uma grande influência no comportamento das organizações econômicas. Essas

podem ser consideradas como grupos de indivíduos envolvidos por um propósito comum de alcançar seus objetivos por meio das transações com o mercado.

No enfoque institucional *New Institutional Sociology* (NIS), as técnicas de gerenciamento não são apenas consequência de imposições econômicas, mas em grande medida influenciadas por fatores externos como normas, crenças e valores dos indivíduos organizacionais ou da sociedade (LEICHT; WALTER; SAINSAULIEU, 2009). Ao adotar os comportamentos apercebidos pela sociedade como “os certos”, as organizações procuram conferir legitimidade às suas ações (SIMÕES; RODRIGUES, 2012). Em decorrência da busca por essa legitimidade, as organizações tendem a adotar práticas similares, levando-as ao isomorfismo.

Alguns pesquisadores utilizam teorias da nova sociologia institucional para explorar possíveis formas de ajuste da configuração contábil das empresas, para responder a mudanças nas condições das transações (COLBERT; SPICER, 1995). Segundo Dias Filho e Machado (2008), as informações contábeis podem ser utilizadas para legitimar decisões e reforçar práticas utilizadas, sendo elas capazes de modificar a sociedade e serem por ela modificadas.

Observando a contabilidade como uma rotina institucionalizada, pode-se dizer que ela, por meio de normas e procedimentos contábeis definidos, auxilia na tomada de decisões em meio à incerteza e complexidade do ambiente (MARASSI; WRUBEL; ROSA, 2015). Sendo assim, a Teoria Institucional é adotada por pesquisadores contábeis para entender a contabilidade como uma prática institucional, que torna aceitáveis as medidas tomadas por agentes dentro das organizações.

Assim, a presente pesquisa está fundamentada na vertente *New Institutional Sociology* (NIS) da Teoria Institucional. Esta corrente estuda como o ambiente institucional, composto de normas, crenças, tradições e necessidade de legitimidade, afeta o comportamento das organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1983), além de considerar que a organização precisa se conformar às normas sociais de comportamento aceitável para assegurar sua sobrevivência e atingir níveis de eficiência (BURNS; SCAPENS, 2000).

O termo *disclosure*, com fins contábeis, pode ser entendido como informações úteis aos usuários dos demonstrativos financeiros, de caráter qualitativa ou quantitativa, geralmente fornecidas em anexo às demonstrações ou em meios suplementares, com o objetivo de explicar a posição financeira e os resultados operacionais de uma empresa (SHIM *et al.*, 2014).

Hendriksen e Van Breda (1999) descrevem que a palavra divulgação, em seu sentido amplo, quer dizer veiculação da informação. Para esses autores, os profissionais da área contábil utilizam esse vocabulário em um sentido mais restrito, quando tratam da veiculação das informações financeiras de uma empresa dentro de um relatório financeiro anual, ou mesmo, ainda mais restringido, limitando-se a informações não contidas nas demonstrações financeiras.

Para Iudícibus (2015), o *disclosure* está relacionado aos objetivos da contabilidade, informando para os diversos tipos de usuários aspectos diferenciados, de modo a apresentar informações quantitativas e qualitativas de forma ordenada, com o mínimo possível fora das demonstrações formais, no intuito de propiciar uma base adequada de informação para os usuários.

A complexidade da economia dos tempos modernos ampliou os grupos que têm interesses legítimos no desempenho das empresas, diminuindo a importância da participação de investidores em prol da noção mais ampla nos interesses de vários grupos. O efeito é a alteração da natureza do processo de divulgação, quando as empresas passaram a divulgar informações a respeito de aspectos relacionados ao emprego, salários e treinamento de funcionários, proteção à saúde e à segurança, condições de trabalho, relações industriais e outras condições relacionadas aos empregados da organização (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Nesse sentido, *disclosure* social envolve a comunicação de informações de uma empresa sobre o envolvimento com a comunidade, recursos humanos, impacto ambiental e colaboradores de produtos e serviços (ANDERSON; FRANKLE, 1980). Complementarmente, conforme Santiago, Fernandes e Gonçalves (2014), o *disclosure* social busca reduzir a assimetria da informação por meio da diminuição de incertezas existentes entre empresas e investidores.

Quanto aos aspectos sociais, as empresas têm buscado um maior compromisso no relacionamento com a sociedade, com o propósito de uma maior legitimidade organizacional, o que influencia na forma e no conteúdo da evidenciação. Para isso, a contabilidade, como ciência social, visa atender as necessidades de seus usuários, disponibilizando um conjunto de demonstrativos contábeis de caráter quantitativo e qualitativo, além da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, sobre a sua relação com o meio ambiente e o social (BEUREN *et al.*, 2010).

Ratificando essa necessidade, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou em 19 de agosto de 2004 a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental (Resolução nº 1.003/04). Esse disposto legal estabelece critérios para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das companhias. Por essa norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos e a interação da entidade com o ambiente externo e o meio ambiente.

A NBC T 15 destaca que tais informações, quando evidenciadas, devem ser extraídas ou não da contabilidade de acordo com os procedimentos determinados, como informação complementar às demonstrações contábeis. Em outras palavras, elas não se confundem com as notas explicativas, devendo ser produzidas em demonstrativo específico, denominado Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

Para o IASB (2003), na ausência de uma norma ou interpretação específica, a administração deve usar seu julgamento para desenvolver e aplicar políticas contábeis que resultem em informações relevantes e confiáveis no contexto das demonstrações. Beuren *et al.* (2010) acrescentam que, mesmo na ausência de um normativo de regulamentação da divulgação de informações relevantes aos usuários, a administração das corporações não pode deixar de reconhecer e divulgar tais informações.

Quanto a isso, os gestores das empresas têm incentivos para divulgar essas informações de forma voluntária, pois os benefícios com o aumento da divulgação podem incluir maior interesse na empresa por analistas financeiros e investidores e elevar a liquidez de suas ações. A publicação pode também diminuir os custos de capital e os de transação na negociação de valores mobiliários da empresa,

obtendo, assim, maiores vantagens no mercado de capitais (CHOI; MEEK, 2011). No Brasil, parece existir uma tendência à valorização de informações de conteúdo ambiental e social pelas empresas, o que tem levado pesquisadores da área contábil a investigar os fatores determinantes pelas quais determinadas empresas, independentemente de exigência legal, resolvem expandir suas divulgações (DIAS FILHO, 2007).

No que concerne a valorização da divulgação das informações sociais, Patten (1991) descreveu que a divulgação social voluntária fornecida pelas empresas em seus relatórios anuais são tema de interesse acadêmico há mais de duas décadas. Nesse sentido, cabe destacar algumas pesquisas como a de Vieira (2006) que investigou se as maiores empresas em cada segmento da economia brasileira evidenciam, de maneira adequada, informações de responsabilidade social. A amostra foi composta pelas 23 maiores empresas por faturamento entre 2003 e 2005. A autora constatou que três empresas apresentaram conceito péssimo, quatro, conceito ótimo, e outras com conceito bom ou regular. Por fim, concluiu-se que, mesmo não apresentando as informações relacionadas com clareza, as companhias demonstraram preocupação com a questão social.

Cavalcanti *et al.* (2009) analisaram as informações dos Balanços Sociais e das Demonstrações de Natureza Social e Ambiental do setor de utilidade pública listadas na BOVESPA, dos segmentos de água e saneamento, gás e energia elétrica, quanto ao atendimento aos dispositivos da NBC-T 15. Os resultados apontaram que 32% das empresas estudadas evidenciam as informações dispostas nessa norma, enquanto que 68% das empresas não as divulgam, quer por não se enquadrarem na situação específica ou em virtude de omissão. Beuren *et al.* (2010), com objetivo similar, analisaram os relatórios da administração e notas explicativas de 2005 e 2007, das 23 empresas de capital aberto listadas como as melhores empresas para se trabalhar no ano de 2007. Os autores concluíram, com base no nível de adequação ao normativo legal, que há predomínio da classificação regular, pois quatro empresas obtiveram conceito insuficiente de evidenciação, doze conceito regular, seis conceito bom e uma empresa obteve conceito ótimo.

Por fim, Rover e Santos (2013) analisaram o conteúdo das Demonstrações Financeiras e dos Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2008 a 2010, de uma amostra composta pelas 91 empresas que compõem o Índice Brasil (IBrX), identificar as determinantes da quantidade da evidenciação ambiental e social corporativa. Para a pesquisa os autores avaliaram 272 Demonstrações Financeiras e 178 Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2008 a 2010. Os resultados encontrados, a partir da análise de regressão em painel, indicaram que o nível de *disclosure* voluntário socioambiental não possui relação com o custo de capital próprio. No entanto, segundo os autores, o conteúdo da evidenciação pode influenciar de maneira distinta o custo de capital próprio, uma vez que foi identificada uma relação positiva entre o *disclosure* socioambiental desfavorável e o custo de capital próprio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No escopo da pesquisa documental, verificaram-se os relatórios financeiros do exercício de 2015 das 23 Sociedades Anônimas de capital aberto consideradas as mais sustentáveis, conforme publicação no Guia Exame de Sustentabilidade 2015. A escolha dessas empresas se deu em virtude da seleção realizada pelo

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, que destacou, em um universo de 210 empresas participantes do processo, as melhores em 21 setores da economia, levando em conta suas condutas nas áreas econômica, social e ambiental.

Para o processo de coleta dos dados, verificaram-se os relatórios de administração ou sustentabilidade, além das notas explicativas às demonstrações financeiras das 23 empresas de capital aberto em questão, disponibilizados em suas páginas eletrônicas, principalmente na seção que trata da relação com investidores. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2017.

Para a análise dos dados, utilizou-se a metodologia idealizada por Vieira (2006) de forma adaptada, que buscou analisar e classificar o nível de evidenciação social a partir de uma amostra das 11 maiores empresas por faturamento, uma de cada segmento da economia brasileira. O método utilizado envolve um *checklist* baseado nos aspectos da NBC T 15, constituindo-se em um guia para verificar a adequação da evidenciação social das empresas à luz dessa norma. No Quadro 1, destaca-se o roteiro a ser considerado na pesquisa documental.

Quadro 1 - Checklist das informações consideradas na pesquisa documental

1) ... publica o Balanço Social ou Demonstração em que constam informações de Natureza Social e Ambiental?
2) ... publica a DVA?
3) ... evidencia no relatório da administração, sustentabilidade e/ou nas notas explicativas dados referentes à composição do corpo funcional e benefícios concedidos a empregados?
4) ... evidencia a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos?
5) ... evidencia informações relativas a ações trabalhistas, contingências e passivos trabalhistas da entidade?
6) ... evidencia valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados?
7) ... evidencia gastos com previdência privada?
8) ... evidencia participação dos funcionários nos resultados?
9) ... evidencia gastos com educação e cultura do seu público interno?
10) ... evidencia no relatório da administração, sustentabilidade e/ou nas notas explicativas dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo e relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?
11) ... evidencia gastos com educação, cultura, esporte e lazer do seu público externo?
12) ... evidencia o número de reclamações recebidas diretamente de colaboradores, por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor e pela justiça?
13) ... utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de fornecedores?

Fonte: Vieira, 2006 - adaptado.

Dessa forma, no roteiro da pesquisa, inicialmente verificou-se a presença ou não das informações de natureza social evidenciadas nos relatórios financeiros das empresas no ano de 2015, conforme disposto no *checklist* apresentado no Quadro

1. Assim, para cada empresa, observaram-se todas as informações, analisando-as se estão dispostas de forma completa, incompleta ou sem informação.

Para a categorização da evidência disponibilizada pelas empresas nos relatórios de administração, sustentabilidade e/ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras, Boff, Beuren e Hein (2009) desenvolveram uma classificação conforme as categorias demonstradas no Quadro 2 a seguir, necessárias à posterior análise, com seus respectivos pesos.

Quadro 2 – Categorias da qualidade das informações

Categoria	Informação	Resultado	Pesos
IC	Completa	A informação prevista nos relatórios encontra-se presente e completa.	5
II	Incompleta	A informação prevista encontra-se nos relatórios, porém, de maneira incompleta, deficitária.	3
IA	Ausente	A informação prevista não se encontra nos relatórios.	1

Fonte: Boff, Beuren e Hein, 2009 - adaptado.

Após a quantificação das informações sociais disponibilizadas pelas companhias de acordo com o checklist, multiplica-se cada informação evidenciada pelo seu respectivo peso (IC=5; II=3 e IA=1), apurando, assim, a pontuação total de cada empresa. Dessa forma, se uma corporação apresentar um total de 13 informações, sendo 4 IC, 5 II e 3 IA, essas quantias resultaram em uma pontuação final de 38 (4x5; 5x3; 3x1).

Assim, fundamentado na categorização da evidência e na atribuição da pontuação para cada uma das empresas, atribui-se uma classificação de evidência, a partir do modelo desenvolvido no trabalho de Beuren *et al.* (2010), no qual os autores ordenam em Insuficiente, Regular, Boa e Ótima, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Classificação da evidência social

Pontuação total	Classificação da evidência
3 a 26 pontos	Insuficiente
27 a 39 pontos	Regular
40 a 52 pontos	Boa
53 a 65 pontos	Ótima

Fonte: Beuren *et al.*, 2010 - adaptado.

Considerando a menor e a maior pontuação, bem como a base no critério estabelecido, o mínimo de pontuação que uma empresa poderia obter seria 13 pontos (13x1) e no máximo 65 (13x5).

Algumas limitações devem ser levadas em consideração nesse tipo de pesquisa, pois as análises são realizadas somente em demonstrativos financeiros e relatórios de administração e/ou sustentabilidade, não sendo possível a verificação *in loco*. Desta forma, pode subsistir alguma subjetividade da análise documental, pois ela não está totalmente isenta de interpretações e decodificações pessoais do pesquisador, além, é claro, das inferências pessoais na análise dos dados (BEUREN *et al.*, 2010).

RESULTADOS

Seguindo a metodologia, os resultados partem da caracterização das empresas pesquisadas, depois segue-se com a apresentação da categorização da evidência social das empresas no ano de 2015, e por fim, demonstra-se a classificação da evidência social das empresas pesquisadas.

O Quadro 4 apresenta algumas informações das empresas objeto da pesquisa, destacando a razão social, ano de constituição, segmento de atividade empresarial e número de funcionários.

Quadro 4 – Informações das empresas selecionadas

Seq.	Razão social	Ano de constituição	Segmento de atividade	Nº funcionários
1	Algar Telecom S.A.	1954	Telecomunicações	2.100
2	Banco Bradesco S.A.	1943	Instituições financeiras	95.500
3	Banco Santander (Brasil) S.A.	1985	Instituições financeiras	49.300
4	CCR S.A.	1998	Infraestrutura	10.200
5	Cia. Piratininga de Força e Luz S.A.	2000	Energia	322
6	CPFL Energia S.A.	1998	Energia	8.100
7	Duratex S.A.	1962	Materiais de construção	11.700
8	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	2007	Infraestrutura	6.200
9	EDP Energias do Brasil S.A.	2000	Energia	2.650
10	Elektro Redes S.A.	1998	Energia	3.700
11	Even Construtora e Incorporadora S/A	1980	Construção civil	2.100
12	Fibria Celulose S.A.	1941	Papel e celulose	4.294
13	Fleury S.A.	1964	Serviços de saúde	8.800
14	Itaú Unibanco Holding S.A.	1943	Instituições financeiras	93.200
15	Klabin S.A.	1978	Papel e celulose	13.000
16	Libra Terminal Rio S.A.	1998	Transporte e Logística	3.300
17	Light Energia S.A.	1999	Energia	4.200
18	Natura Cosméticos S.A.	1969	Bens de consumo	6.600
19	Santos Brasil Participações S.A.	1998	Transporte e logística	3.600
20	Telefônica Brasil S.A.	1998	Telecomunicações	18.300
21	Ultrapar Participações S.A.	1953	Varejo	14.000
22	Weg S.A.	1961	Bens de capital	30.700
23	Whirlpool S.A.	1957	Eletroeletrônicos	23.800

Fonte: Guia Exame de Sustentabilidade 2015 e Bolsa de Valores de São Paulo.

Como se verifica no Quadro acima, as três empresas mais antigas iniciaram suas operações na década de 1940, quais sejam, Fibria em 1941 e os bancos Itaú Unibanco e Bradesco no ano de 1943. Assim como na década anterior, nos anos de

1950 mais três companhias foram incluídas no mercado brasileiro, a Ultra em 1953, a Algar em 1954 e a Whirlpool em 1957. Por sua vez, quatro empresas foram constituídas na década de 1960, sendo elas, Weg (1961), Duratex (1962), Fleury (1964), Natura (1969). A empresa Klabin, fundada em 1978, é a única, entre as pesquisadas, a iniciar suas atividades da década de 1970.

Na década de 1980, apenas Even (1980) e o Banco Santander (1985) foram constituídos e iniciaram suas atividades. Os anos de 1990 foram marcados com a inclusão na economia brasileira de sete organizações corporativas: Elektro, CPFL Energia, CCR, Telefônica Vivo, Libra e Santos Brasil no ano de 1998; e a empresa Light em 1999. Recentemente, o quadro destaca a fundação das três companhias restantes, Cia. Piratininga e EDP em 2000 e Ecorodovias no ano de 2007. Considerando as 23 empresas analisadas, percebe-se que aproximadamente 60% delas tem menos de 50 anos de existência e o restante ultrapassou meio século de funcionamento, sendo de 75 anos de atividade empresarial a mais velha e apenas nove anos de operação a empresa mais recentemente constituída.

Quanto ao segmento de atividade das empresas analisadas, verifica-se que cinco delas pertencem ao setor de energia, o que equivale a 21,74% do total. No ramo de instituições financeiras se encontram 13,04% dos entes pesquisados, correspondente a três empresas. Quanto aos segmentos de infraestrutura, papel e celulose, telecomunicações e transporte e logística, constam duas empresas para cada uma dessas atividades, contribuindo, individualmente, com 8,7% do montante das empresas em questão. As demais organizações corporativas, num total de sete empresas, somam um percentual de 30,43%, sendo um único representante para cada segmento.

No que se refere ao número de funcionários, constata-se que apenas uma empresa possui menos de 1.000 funcionários, oito empresas possuem entre 1.000 e 5.000 funcionários, quatro empresas entre 5 mil e 10 mil funcionários, cinco empresas possuem de 10 mil a 20 mil funcionários, três empresas estão com um número entre 20 mil e 50 mil funcionários e duas companhias possuem mais de 50 mil funcionários. Assim, das 23 empresas, 18 delas (78,26% do total) possuem até 20 mil funcionários, enquanto que as demais (cinco empresas) possuem um número de funcionários superior a 20 mil.

Analisando as instituições financeiras, observa-se que este segmento do mercado nacional se destaca quanto ao critério empregabilidade, uma vez que os Bancos Bradesco, Santander e Itaú Unibanco possuem conjuntamente 238 mil funcionários, representando mais da metade (57,26%) do total empregado pelas 23 organizações sob análise. Em relação ao setor energético, maior segmento em número de representantes (cinco empresas, correspondendo a 21,74% das empresas analisadas), constata-se que o setor emprega 18.972 pessoas, ou seja, representa apenas 8,3% do número total de funcionários das companhias objeto dessa pesquisa. Há que destacar as empresas Weg S.A (30.700 funcionários) e Whirlpool S.A. (23.800 funcionários).

Para a categorização da evidência social das empresas, verificaram-se nos relatórios de administração ou de sustentabilidade e nas notas explicativas 13 informações para o ano de 2015 (Quadro 1), distribuídas nas categorias IC, II e IA (Quadro 2).

Os resultados da Tabela 1 retratam a pontuação final obtida por empresa e a respectiva classificação no ano analisado. Cabe frisar que a pontuação final é

produto da multiplicação dos totais de IC, II e IA pelos seus respectivos pesos (Quadros 2 e 3).

Tabela 1 - Quantidade de informações por categoria, pontuação final e classificação da evidenciação

Empresas	IC	II	IA	Pontuação total	Quartis	Classificação	Percentual
Grupo Libra	1	2	10	21	1º (13 a 26 pontos)	Insuficiente	13,04%
Algar Telecom	1	4	8	25			
Klabin	1	4	8	25			
Whirlpool	2	3	8	27	2º (27 a 39 pontos)	Regular	8,70%
Santos Brasil	2	6	5	33			
Ultra	4	7	0	41	3º (40 a 52 pontos)	Boa	43,48%
CCR	6	3	4	43			
Even	5	5	3	43			
Duratex	6	5	2	47			
Weg	7	3	3	47			
Ecorodovias	6	6	1	49			
Fleury	5	8	0	49			
Itaú Unibanco	8	3	2	51			
Natura	7	5	1	51			
Telefônica Vivo	6	7	0	51			
CPFL Energia	8	4	1	53	4º (53 a 65 pontos)	Ótima	34,78%
Cia. Piratininga	8	4	1	53			
Fibra	9	2	2	53			
Bradesco	9	3	1	55			
Santander	8	5	0	55			
Elektro	11	2	0	61			
EDP	12	1	0	63			
Light	12	1	0	63			
Totais	144	93	60	-	-	-	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados observados na Tabela 1 apontam o predomínio de IC sobre IA, apesar da verificação de 10 informações ausentes em uma das empresas analisadas. As IC somaram 144 informações, enquanto que as IA totalizaram 60, ou seja, as IC representaram mais que o dobro de IA. Analisando o conjunto das empresas e as respectivas categorias de evidenciação, constata-se que a maior parte das empresas está no nível bom de divulgação das informações, conforme as recomendações da NBC T 15.

No grupo das cinco empresas que evidenciaram um maior número de IC, três delas são do ramo de energia elétrica, uma do setor financeiro e outra do segmento de papel e celulose. Entre essas empresas estão aquelas com número de funcionários, inclusive o Bradesco, com 95.500 funcionários. As cinco organizações com maior número de IA foram, conseqüentemente, as que apresentaram as menores pontuações totais.

As empresas Light e EDP se destacam como as empresas que evidenciaram o maior número de IC, alcançando 12 informações cada, atingindo o percentual de 96,9% da pontuação total possível. No sentido contrário encontra-se o Grupo Libra, que apresentou 10 IA e somente uma IC, ou seja, 76,9% de IA, 7,7% de IC e aproximadamente um terço da pontuação total possível.

No trabalho de Beuren *et al.* (2010), no grupo das empresas que evidenciaram mais IC e, conseqüentemente, com maiores pontuações, seis delas foram do ramo de energia elétrica e as empresas com menor e maior número de funcionários. No caso de empresas com maior número de IA, encontrou-se a mais antiga e a mais nova da amostra. Ainda, segundo Beuren *et al.* (2010), uma empresa do setor de energia se destacou com o maior número de IC e com a maior pontuação geral.

Quanto à categorização da evidenciação e à pontuação de cada uma das empresas, a pontuação obtida pelas empresas foi classificada em Insuficiente, Regular, Boa e Ótima, conforme exposto na Tabela 1. Três empresas, Grupo Libra, Algar Telecom e Klabin, obtiveram o conceito Insuficiente quanto ao nível de evidenciação social, ficando a pontuação final entre 13 e 26. Esse resultado se deve principalmente pelo predomínio de informações ausentes (IA), motivado pela indisponibilidade de relatórios de sustentabilidade. Por sua vez, perfazendo o menor grupo, 8,7% das empresas, Whirlpool e Santos Brasil obtiveram conceito Regular, atingindo pontos entre 17 e 39. Quanto à categorização da evidenciação social, esse resultado decorrente principalmente pela verificação de uma grande quantidade de informações incompletas (II) e ausentes (IA).

O maior percentual de empresas, com 43,48% da amostra, está inserido no nível bom de evidenciação. Isso se verifica pelo predomínio entre informações completas (IC) e informações incompletas (II). Na pesquisa de Beuren *et al.* (2010), 26,1% das empresas investigadas se apresentaram nesse nível de evidenciação. No conceito Ótimo, quanto à categorização da evidenciação social, destacam-se oito empresas, representando 34,78% da amostra. Dentre as empresas analisadas com esse conceito estão todas as empresas do setor de energia, Cia. Piratininga, CPFL, EDP, Elektro e Light; duas instituições financeiras, Bradesco e Santander; e a empresa Fibria, do ramo de papel e celulose. As empresas EDP e Light ficaram apenas a dois pontos do nível máximo de evidenciação.

Na pesquisa de Beuren *et al.* (2010), apenas 4,3% do total das empresas apresentaram ótimo nível de evidenciação social, representado pela companhia Coelce, do setor de energia, única empresa a atingir esse patamar. Dessa forma, destaca-se um incremento no número de empresas que elevaram o seu nível de evidenciação social quando comparado com o estudo realizado em 2010.

Assim, pode-se inferir que o ramo de atividade em que as empresas atuam pode ter influência na categorização da evidenciação social dessas empresas. O estudo verificou que entre as entidades com maior pontuação geral três são do setor de energia e duas são instituições financeiras, segmentos econômicos altamente regulados. Por fim, não se constatou relação entre o número de funcionários e tempo de atividade das empresas, com as categorias de evidenciação social, observação também destacada no trabalho de Beuren *et al.* (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo averiguar o grau de adequação e conformidade da evidenciação social dos relatórios de administração e/ou sustentabilidade, além das notas explicativas das empresas de capital aberto consideradas entre as mais sustentáveis, no ano de 2015, quanto às disposições da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15.

Quanto à classificação da evidenciação social das empresas, no que se refere à qualidade das informações divulgadas, verificou-se que, das 23 empresas, dez delas tiveram uma classificação Boa de evidenciação social. Logo após, com um grupo de 8 companhias, vieram aquelas com classificação Ótima em relação às recomendações da NBC T 15. Cinco empresas foram classificadas como Regular ou Insuficiente. Assim, quanto à evidenciação social, obtida pela maior parte das empresas investigadas, a classificação das empresas é predominantemente Ótima ou Boa, representando um percentual de 78,26% do total das entidades pesquisadas.

Apesar do considerado número de informações ausentes, a evidenciação social nos relatórios de administração e sustentabilidade e nas notas explicativas das 23 empresas de capital aberto analisadas está em um nível predominante bom ou ótimo quanto às disposições da NBC T 15. Cabe destacar que o ramo de atuação das empresas deve ter influência no nível dessa evidenciação, dada a predominância de empresas de setores regulados entre aquelas com melhores resultados nos índices.

Como sugestão de pesquisas futuras, poder-se-ia investigar o nível de evidenciação social das demais empresas listadas no Guia Exame de Sustentabilidade 2015, que não estão classificadas como sociedade de capital aberto. Além disso, sugere-se estudar, nas empresas aqui pesquisadas, o grau de evidenciação ambiental quanto às recomendações da NBC T 15 e, posteriormente, realizar uma comparação com o nível de evidenciação social.

REFERÊNCIAS

ALBERS, C.; GÜNTHER, T. Disclose or not disclose: determinants of social reporting for STOXX Europe 600 firms. **Zeitschrift für Planung & Unternehmenssteuerung**, v. 21, p. 323 - 347, 2010.

ANDERSON, J. C.; FRANKLE, A. W. Voluntary social reporting: an iso-beta portfolio analysis. **The Accounting Review**, v. 55, n. 3, p. 467-479, July, 1980.

BEUREN, I. M; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 47-68, jan/abr 2010.

BOFF, M. L.; BEUREN, I.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM no Relatório da Administração de empresas familiares de capital aberto. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 6, n. 3, 2009.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.003/04**. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004.

BURGSTHALER, D. C.; HAIL, L.; LEUZ, C. The Importance of reporting incentives: earnings management in european private and public firms. **The Accounting Review**, v. 81, p. 983 -1016, 2006.

BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management accounting research**, v. 11, n. 1, p 3-25, 2000.

CAVALCANTI, G. H. C.; ALMEIDA, K. K. N. D.; ALMEIDA, S. R. D.; LIMEIRA, M. P. Divulgação de informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública: um estudo sobre o grau de aderência normativa da divulgação de informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 104-108, jul/dez 2009.

CHOI, F. D. S.; MEEK, G. K. **International accounting**. 7th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011.

COLARES, M.; PONTES, V. M. R. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003, Atibaia, SP. **Anais...** Atibaia, 2003.

COLBERT, G. J.; SPICER, B. H. A multi-case investigation of a theory of the transfer pricing process. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 6, p. 423-456, 1995.

CUNHA, P. R.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Traços de artigos que relacionam a teoria institucional com a contabilidade gerencial: estudos em periódicos internacionais. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro/RJ**, 2010.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas Demonstrações Contábeis. **Brazilian Business Review**, v. 1, n. 2, p. 74-90, 2004.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.

DIAS FILHO, J. M. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: XXXI Encontro da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A3301.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas. p.15-69, 2008.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**, v. 5, p. 233 - 262, 2011.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; LOPES, A. B.; PEREIRA, C. A. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005.

GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE 2015. **Revista exame**. São Paulo: ed. 1101, ano 49, n. 21, 11 nov. 2015.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 1 ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. **Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors - IAS 8**. London, 2003.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LEICHT, K. T.; WALTER, T.; SAINSAULIEU, I. New public management and new professionalism across nations and contexts. **Current Sociology**, v. 57, n. 4, p. 581-605, 2009.

LORENZO, J. M. P.; DOMINGUEZ, L. R.; ÁLVARES, I. G.; SÁNCHEZ, I. M. G. Factors influencing the disclosure of greenhouse gas emissions in companies worldwide. **Management Decision**, v. 47, p. 1133 - 1157, 2009.

MARASSI, R. B.; WRUBEL, F.; ROSA, F. S. Análise da Institucionalização de Artefatos de Custos no Controle Gerencial em uma empresa Têxtil. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 9, n. 2, 2015.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, 2009.

PATTEN, D. M. Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 10, ed. 4, p. 297-308, 1991.

ROVER, S.; SANTOS, A. **Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil**. III CSEAR – Conferência Interamericana de Contabilidade Socioambiental – América do Sul. Belém, Jun/2013.

SANTIAGO, J. S.; FERNANDES, J. L. T.; GONÇALVES, R. S. Contabilidade social corporativa. In: NIYAMA, J. K. (Org.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 136-158.

SCAPENS, R. W. Understanding management accounting practices: A personal journey. **The British Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 1-30, 2006.

SHIM, J. K.; SIEGEL, J. G.; DAUBER, N; QURESHI, A. A. **Dictionary of accounting terms**. 6 ed. New York: Barron's, 2014.

SIMÕES, A. M.; RODRIGUES, José Azevedo. A abordagem da velha economia institucional na investigação em contabilidade e controlo de gestão contributos teóricos. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión-RIGC**, v. 10, n. 19, 2012.

VIEIRA, M. T. **Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.